

volume

29/1

jan/2024

ICH - UFPel



# História em revista

revista do núcleo de documentação histórica

Quilombos: Territorialidades, Festejos e Gênero

*As Leis primeiras d'alem #xkckle q' primeira to dem  
especialidades em doces specialidades em doces  
para casamentos, baptipara casamentos, bapti-  
sados e banquetes. E' usados e banquetes. E' a  
unica depositaria da ulatunica depositaria da ulat-  
nada Guarana Espumamada Guarana Espumam-  
te e do eccellente chovero e do excelente chov-  
bit. Laeta, fabricados culab. Laeta, fabricados em  
S. Paulo pelos Srs. Zos. Paulo pelos Srs. Zo-  
nalla Loureiro & Companhia Loureiro & Cia.  
A. Conditaria Brasileira. A. Conditaria Brasileira.*

*As Leis primeiras d'alem #xkckle q' primeira to dem  
especialidades em doces specialidades em doces  
para casamentos, baptipara casamentos, bapti-  
sados e banquetes. E' usados e banquetes. E' a  
unica depositaria da ulatunica depositaria da ulat-  
nada Guarana Espumamada Guarana Espumam-  
te e do excelente chovero e do excelente chov-  
bit. Laeta, fabricados culab. Laeta, fabricados em  
S. Paulo pelos Srs. Zos. Paulo pelos Srs. Zo-  
nalla Loureiro & Companhia Loureiro & Cia.  
A. Conditaria Brasileira. A. Conditaria Brasileira.*



Hist. Rev. Pelotas Número 29/1 p.1-284 jan. 2024

ISSN 2596-2876





**Obra publicada pela  
Universidade Federal  
de Pelotas**

*Reitora*

Isabela Fernandes Andrade

*Vice-Reitora*

Ursula Rosa da Silva

*Chefe do Gabinete da Reitoria*

Aline Ribeiro Paliga

*Pró-Reitora de Ensino*

Maria de Fátima Cossio

*Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação e Inovação*

Flávio Fernando Demarco

*Pró-Reitora de Extensão e Cultura*

Eraldo dos Santos Pinheiro

*Pró-Reitor de Assuntos Estudantis*

Rosane Maria dos Santos Brandão

*Pró-Reitor Administrativo*

Ricardo Hartlebem Peter

*Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento*

Paulo Roberto Ferreira Júnior

*Pró-Reitor de Gestão de Pessoas*

Taís Ulrich Fonseca

*Editora e Gráfica Universitária - Conselho Editorial*

*Presidente do Conselho Editorial:* Ana da Rosa Bandeira

*Representantes das Ciências Agrárias:* Victor Fernando Büttow Roll (TITULAR) e Sandra Mara da Encarnação Fiala Rechsteiner

*Representantes da Área das Ciências Exatas e da Terra:* Eder João Lenardão (TITULAR)

*Representantes da Área das Ciências Biológicas:* Rosangela Ferreira Rodrigues (TITULAR) e Francieli Moro Stefanello

*Representantes da Área das Engenharias:* Reginaldo da Nóbrega Tavares (TITULAR)

*Representantes da Área das Ciências da Saúde:* Fernanda Capella Rugno (TITULAR) e Anelise Levay Murari

*Representantes da Área das Ciências Sociais Aplicadas:* Daniel Lena Marchiori Neto (TITULAR), Eduardo Grala da Cunha e Maria da Graças Pinto de Britto

*Representante da Área das Ciências Humanas:* Charles Pereira Pennaforte (TITULAR), Lucia Maria Vaz Peres e Pedro Gilberto da Silva Leite Junior

*Representantes da Área das Linguagens e Artes:* Lúcia Bergamaschi Costa Weymar (TITULAR), Chris de Azevedo Ramil e João Fernando Igansi Nunes

*Instituto de Ciências Humanas*

*Diretor:* Prof. Dr. Sebastião Peres

*Vice-Diretora:* Profa. Dra. Andréa Lacerda Bachettini

*Núcleo de Documentação História da UFPel – Profa. Beatriz Loner*

*Coordenadora:*

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

*Membros do NDH:*

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas

Prof. Dra. Márcia Janet Espig

*Técnico Administrativo:*

Paulo Luiz Crizel Koschier

*História em Revista* – Publicação do Núcleo de Documentação Histórica – Prof<sup>a</sup>. Beatriz Loner

*Comissão Editorial:*

Prof<sup>a</sup> Dra. Lorena Almeida Gill  
Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Eliane Cristina Deckmann Fleck  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Márcia Janete Espig  
Prof. Dr. Jornas Vargas  
Paulo Luiz Crizel Koschier

*Conselho Editorial:*

Prof<sup>a</sup>. Dra. Alexandrine de La Taille-Tréville U.,  
Universidad de los Andes, Santiago, Chile  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Ana Carolina Carvalho Viotti (UNESP - Marília)  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFSM)  
Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt (UFRGS)  
Prof. Dr. Carlos Augusto de Castro Bastos (UFPA)  
Prof. Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha (UNICAMP)  
Prof. Dr. Deivy Ferreira Carneiro (UFU)  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Gisele Porto Sanglard (FIOCRUZ)  
Prof. Dr. Jean Luiz Neves Abreu (Universidade Federal de  
Uberlândia)  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Joan Bak (Univ. Richmond – USA)  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Joana Maria Pedro (UFSC)  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Joana Balsa de Pinho, Universidade de Lisboa  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Karina Ines Ramacciotti,  
(UBA/CONICET/Universidad de Quilmes)  
Prof<sup>a</sup>. Ms. Larissa Patron Chaves (UFPEL)  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Antônia Lopes (Universidade de Coimbra)  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Cecília V. e Cruz (UFBA)  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria de Deus Beites Manso (Universidade de  
Évora)  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Marta Lobo de Araújo (Universidade do  
Minho)  
Prof<sup>a</sup>. Dra. María Silvia Di Liscia (Universidad Nacional de  
La Pampa – AR)  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Soledad Zárate (Universidad Alberto  
Hurtado – Chile)  
Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFF)  
Prof. PhD Pablo Alejandro Pozzi (Universidad de Buenos  
Aires).  
Prof. Dr. Robson Laverdi (UEPG)  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Tânia Salgado Pimenta (FIOCRUZ)  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Tatiana Silva de Lima (UFPE)  
Prof. Dr. Temístocles A. C. Cezar (UFRGS)  
Prof. Dr. Tiago Luis Gil (UNB)  
Prof. Tommaso Detti (Università Degli Studi di Siena)  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Yonissa Marmitt Wadi (UNIOESTE)

*Editora:* Lorena Almeida Gill

*Editores do Volume:* Claudia Daiane Garcia Molet (UFPEL) |  
Natália Garcia Pinto (UFPEL)

*Editoração e Capa:* Paulo Luiz Crizel Koschier

*Imagem da capa:* Quadro fotográfico composto por meninos,  
algumas mulheres, homens negros. Veem-se cavalos, casa de  
madeira com telhas francesas e galpão de mesmo material. Lê-  
se no verso: “Reforma Agrária. Negros Teixeira”. Campo dos  
Teixeiras. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Arquivo  
Particular Campo dos Teixeiras. FCT11

*Pareceristas ad hoc:* Álvaro Barreto | André Fagundes | André  
Lopes | Benedita Celeste Pinto | Bruno Martins | Caroline  
Braga Maciel | Cassiane Paixão | Cesar da Costa | Daniela  
Carvalho | Deise Cristina Schell | Iamara Viana | Jonas  
Vargas | Josimeire Alves | Lidiane Friderichs | Lua Gill da  
Cruz | Lucimar Felisberto dos Santos | Maciel Carneiro |  
Manuel Alves de Sousa Júnior | Márcio Sônego | Mariane  
Balén | Paulo Cadena | Paulo Moreira | Paulo Roberto  
Rodrigues Soares | Paulo Sérgio Silva | Petrônio Domingues  
| Raquel Dias | Rosane Rubert | Sidney Daniel | Sidney  
Gonçalves Vieira | Ynaê Lopes dos Santos

*Editora e Gráfica Universitária*

R Lobo da Costa, 447 – Pelotas, RS – CEP 96010-150 |  
Fone/fax: (53)3227 8411  
e-mail: editora@ufpel.edu.br

*Edição:* 2024/1

ISSN – 2596-2876

*Indexada pelas bases de dados:* Worldcat Online Computer  
Library Center | Latindex | Livre: Revistas de Livre Acesso  
| International Standard Serial Number | Worldcat |  
Wizdom.ai | Zeitschriften Datenbank

**UFPEL/NDH/Instituto de Ciências Humanas**

Rua Cel. Alberto Rosa, 154 - Pelotas/RS - CEP: 96010-770  
Fone: (53) 3284 3208 - <http://wp.ufpel.edu.br/ndh/>  
e-mail: historiaemrevista@ufpel.edu.br



Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional  
Simone Godinho Maisonave – CRB 10/1733  
Biblioteca de Ciências Sociais – UFPel

H673 História em Revista [recurso eletrônico] : (Dossiê: Quilombos: Territorialidades, festejos e gênero) / Núcleo de Documentação Histórica da UFPel – Profa. Beatriz Loner, v.29, n.1, jan. 2024. – Pelotas: UFPel/NDH, 2024 – 284 p. ; 7,01 MB

Semestral

e-ISSN: 2596-2876

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader

Disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/HistRev/index>

1. História – Periódico 2. Quilombos 3. Gênero

CDD: 907

---

Os textos contidos neste volume são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores. Salvo informação explícita em contrário, o(a)s autor(a) (es) respondem pelas informações textuais e imagéticas contidas no presente volume. O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada artigo é de inteira e exclusiva responsabilidade dos mesmos.

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> PRESENTATION <i>Claudia Daiane Garcia Molet   Natália Garcia Pinto</i>	<b>08</b>
<b>HISTÓRIA EM REVISTA: UM BREVE HISTÓRICO E ALGUNS NÚMEROS</b> HISTORY IN REVIEW: A BRIEF HISTORY AND SOME NUMBERS <i>Lorena Almeida Gill   Paulo Koschier</i>	<b>12</b>
<b>“SOU FRUTO LONGÍNQUO DA RAIZ LUIZA”: FAMÍLIA E TERRITORIALIDADES NEGRAS A PARTIR DO QUILOMBO RINCÃO DOS FERNANDES</b> “I AM FAR DESCENDING OF ROOT LUIZA”: FAMILY AND BLACK TERRITORIALITIES FROM THE QUILOMBO RINCÃO DOS FERNANDES <i>Vanessa Flores dos Santos   Franciele Rocha de Oliveira</i>	<b>17</b>
<b>QUILOMBOS RINCÃO DOS CAIXÕES E LINHA FÃO: O ESTAR NO MUNDO DE UM TERRITÓRIO NEGRO NO PLANALTO DO RIO GRANDE DO SUL (DO SÉCULO XIX AO TEMPO PRESENTE).</b> QUILOMBOS RINCÃO DOS CAIXÕES AND LINHA FÃO: BEING IN THE WORLD OF A BLACK TERRITORY ON THE RIO GRANDE DO SUL PLATEAU (FROM THE 19 <sup>TH</sup> CENTURY TO THE PRESENT TIME) <i>Maria do Carmo Moreira Aguiar</i>	<b>36</b>
<b>CONTANDO TEMPOS E ARRANJANDO ESPAÇOS: ALGUMAS PROPOSTAS DE PERIODIZAÇÃO DOS MOCAMBOS E QUILOMBOS, SÉCS. XVIII-XXI</b> COUNTING TIMES AND ARRANGING SPACES: SOME PROPOSALS FOR THE PERIODIZATION OF MOCAMBOS AND QUILOMBOS, 19 <sup>TH</sup> CENTURY. XVIII-XXI <i>Claudia Daiane Garcia Molet   Flávio Gomes</i>	<b>59</b>
<b>QUILOMBOS: ORGANIZAÇÕES SOCIAIS INTERÉTNICAS</b> QUILOMBOS: INTERETHNIC SOCIAL ORGANIZATIONS <i>Jamille Pereira Pimentel dos Santos</i>	<b>77</b>

- “GUARDEI PRA LEMBRANÇA”: MEMÓRIAS DO RITUAL DO ENSAIO DE PAGAMENTO DE PROMESSA DE QUICUMBI DA IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO (TAVARES/RS)**  
 “I KEPT IT AS A MEMORY”: MEMORIES OF THE ENSAIO DE PAGAMENTO DE PROMESSA RITUAL OF QUICUMBI FROM THE BROTHERHOOD OF NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO (TAVARES/RS)  
*Luciene Mourige Barbosa* **92**
- TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE QUILOMBOLA: UMA ANÁLISE SOCIOETNOCULTURAL DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E DAS FESTAS, FOLIAS E REZAS**  
 QUILOMBOLA TERRITORY AND TERRITORIALITY: A SOCIO-ETHNOCULTURAL ANALYSIS OF FOOD PRODUCTION AND PARTIES, REVELRY AND PRYERS  
 TERRITORIO Y TERRITORIALIDAD QUILOMBOLA: UM ANÁLISIS SOCIOETNOCULTURAL DE LA PRODUCCIÓN DE ALIMENTOS Y FIESTAS, JOLGORIO Y ORACIONES  
*Hélio Rodrigues dos Santos | Ana Tereza Ramos de Jesus Ferreira | Geraldo Eustáquio Moreira* **114**
- FESTA E POLÍTICA: UMA ANÁLISE DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO PRATIGI (BA)**  
 PARTY AND POLITICS: AN ANALYSIS OF THE QUILOMBOLA COMMUNITY OF PRATIGI (BA)  
*Fábio Júnior da Luz Barros* **138**
- TRAJETÓRIA DE VIDA E IDENTIDADE PARA DUAS MULHERES NEGRAS, MÃE E FILHA DO QUILOMBO MANOEL DO REGO, CANGUÇU/RS**  
 TRAJETÓRIA IN LIFE AND IDENTITY FOR TWO WOMEN BLACK MOTHER AND DAUGHTER OF QUILOMBO MANOEL OF TRENCH CANGUÇU/RS  
*Nara Beatriz Matias Soares | Marcus Vinicius Spolle* **158**
- RESISTÊNCIA E IDENTIDADE: ANÁLISE DE COMO A ESCOLA ATUA NO PROCESSO IDENTITÁRIO QUILOMBOLA EM HELVÉCIA**  
 RESISTANCE AND IDENTITY: ANALYSIS OF HOW THE SCHOOL WORKS IN THE QUILOMBOLA IDENTITY PROCESS IN HELVÉCIA  
*Julia Silva da Ressurreição | Magno Santos Batista* **177**

**O FÓRUM DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO LITORAL MÉDIO COMO  
INSTRUMENTO DE CONQUISTA DE DIREITOS!**

THE FORUM OF QUILOMBOLA COMMUNITIES OF THE MIDDLE COAST AS AN  
INSTRUMENT FOR GAINING RIGHTS!

*Jorge Amaro de Souza Borges* **188**

**ARTIGOS LIVRES**

**ABORDAGENS HISTÓRICAS SOBRE O LITORAL DO PIAUÍ, NICOLAU DE  
REZENDE, RIO PARNAÍBA E A CARTOGRAFIA NACIONAL**

HISTORICAL APPROACHES TO THE COAST OF PIAUÍ, NICOLAU DE REZENDE,  
PARNAÍBA RIVER AND NATIONAL CARTOGRAPHY

*Maria Natielly Soares Campos | Johny Santana de Araújo* **212**

**A ATUAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB) NAS DIFERENTES  
CONJUNTURAS POLÍTICAS ATÉ O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964**

THE PERFORMANCE OF THE BRAZILIAN COMMUNIST PARTY IN DIFFERENT  
POLITICAL SITUATIONS UNTIL THE CIVIC-MILITARY DICTATORSHIP OF 1964

*Renato da Silva Della Vechia | Alana Huttner Wolter | Igor Venzke Pinheiro* **229**

**DISCUTINDO A DITADURA MILITAR BRASILEIRA EM AULAS DE HISTÓRIA:  
SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS COM O USO DO VÍDEO**

DISCUSSING THE BRAZILIAN MILITARY DICTATORSHIP IN HISTORY CLASSES:  
DIDACTIC SEQUENCES USIN VIDEO

*Cláudio Alves Pereira | Daniel Aparecido Ferreira* **248**

**OS COLÉGIOS NA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL  
NO SÉCULO XIX**

THE SCHOOLS IN THE PROVINCE OF SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL  
IN THE 19<sup>TH</sup> CENTURY

*Eduardo Arriada | Chéli Nunes Meira* **265**

## QUILOMBOS: ORGANIZAÇÕES SOCIAIS INTERÉTNICAS

### QUILOMBOS: INTERETHNIC SOCIAL ORGANIZATIONS

*Jamille Pereira Pimentel dos Santos<sup>1</sup>*

---

**Resumo:** O presente artigo reflete sobre apontamentos teóricos oriundos de uma pesquisa de mestrado desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade (UESB). As reflexões permitem um maior aprofundamento na compreensão dos quilombos enquanto categoria teórico/conceitual de organização social interétnica. Para tanto, temos como referência autores que trabalham com os conceitos de grupos étnicos, relações étnicas e interétnicas. Ademais, à luz de pesquisas desenvolvidas sobre o povoamento do Alto Sertão Baiano durante o período colonial, traçamos linhas que se entrecruzam em dados empíricos que nos ajudam a evidenciar o perfil dos primeiros moradores dessa terra, bem como as múltiplas relações que se estabeleciam entre eles.

**Palavras-chave:** Quilombo; grupos étnicos; relações interétnicas; Alto Sertão Baiano.

**Abstract:** This article reflects on theoretical notes from a master's research developed within the Graduate Program in Ethnic Relations and Contemporaneity (UESB). The reflections allow a deeper understanding of quilombos as a theoretical/conceptual category of interethnic social organization. For that, we have as reference authors who work with the concepts of ethnic groups, ethnic and interethnic relations. In addition, in the light of research carried out on the settlement of the Alto Sertão Baiano during the colonial period, we draw lines that intersect in empirical data that help us to highlight the profile of the first inhabitants of this land, as well as the multiple relationships that were established between them.

**Keywords:** Quilombo; ethnic groups; interethnic relations; Alto Sertão Baiano.

---

### Palavras Introdutórias

O presente artigo se propõe a discutir sobre importantes reflexões teóricas produzidas a partir de uma pesquisa de mestrado desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. A pesquisa objetivou investigar a transmissão dos pertencimentos étnicos entre as diferentes gerações de moradores do Quilombo Queimadas, no município de Guanambi, estado da Bahia.

Queimadas é um quilombo rural certificado no ano de 2015 que se originou e se constituiu a partir de laços de parentesco e de uma estreita relação com a terra. Os dados empíricos da pesquisa foram produzidos a partir do método etnográfico e das técnicas de observação participante, entrevistas em história oral de vida e análise de documentos.

---

<sup>1</sup> Pedagoga, Mestre em Relações Étnicas e Contemporaneidade, professora de Educação Infantil do Município de Guanambi e professora substituta do curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia, Campus XII. Membro do Grupo de Pesquisa e Extensão NEPE. Email: [jpsantos@uneb.br](mailto:jpsantos@uneb.br)

Os dados coletados e contrastados à luz de intensa reflexão teórica reafirmam e fortalecem a compreensão de *quilombo* enquanto organização social interétnica. A partir da recente historiografia sobre escravidão (Gomes, 2015; Moura, 1959; Reis, 1996; Reis; Gomes, 1996) é evidente que, desde o contexto da colonização, essas coletividades não se configuravam como grupos que apresentavam características uniformes, como isolamento físico e social. Muito pelo contrário, a pluralidade de origens, povos e contextos imprimiam aos quilombos e aos quilombolas distintas configurações, muitas das quais estão presentes até hoje.

O uso do conceito teórico de quilombo enquanto grupo étnico tem sua origem nos intensos debates travados no âmbito da redemocratização nacional na década de 1980. Segundo Arruti (2006), havia uma forte pressão do Movimento Negro para incluir no texto constitucional as demandas que visavam reconhecer a grande diversidade cultural e étnica presente no Brasil. Assim, segundo o autor “por meio de *direitos étnicos* [abriu-se] espaço para o reconhecimento dos direitos territoriais e/ou de autonomia política e jurídica dos grupos indígenas e negros rurais” (Arruti, 2006, p. 65, grifo do autor).

Desse modo, sem uma definição teórica precisa nem um entendimento do que de fato se estava contemplando, no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal (Brasil, 1988) criou-se a categoria *remanescente de quilombo* e seus sujeitos *quilombolas* como sujeitos de direitos, sem obstante pensar sobre os fundamentos necessários para predizer quais seriam seus efeitos criadores.

Almeida (2002) pontua que essa categoria se confunde no senso comum com a definição ultrapassada de quilombo enquanto resto ou resquício do passado, enquanto algo “frigorificado” o que demanda a necessidade de ressemantizar o termo. No bojo dessas discussões, os estudiosos passaram a defender a importância de compreender o conceito *quilombo* enquanto grupo étnico, com identidade autoatribuída, com apropriação coletiva da terra e organização interna baseada em laços de solidariedade.

Assim, percorrendo um longo caminho temporal e discursivo, em 20 de novembro de 2003, o Decreto nº 4887 buscou criar um consenso sobre o conceito *remanescentes* e regulamentar definitivamente o artigo constitucional, ao considerar:

[...] remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

§ 1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.

Esse Decreto significou um avanço incomensurável para a superação de equívocos conceituais, pois quilombo não é resquício do passado, não é resíduo arqueológico, não necessita de comprovação biológica e não era/é composto apenas por

negros que foram escravizados e que fugiram do regime de cativo. No presente, quilombo é uma categoria histórica, política, cultural e identitária marcada pela autoatribuição de seus membros. Portanto, na atualidade, essa é uma identidade que se forja no âmbito das intensas lutas travadas contras as invisibilidades e opressões historicamente sofridas.

A partir desse entendimento, não há mais a necessidade de comprovar e atestar através de dados e/ou documentos uma herança direta com a escravidão, já que a autoatribuição se torna o principal elemento considerado nos processos de reconhecimento. É nesse contexto que as concepções teóricas sobre os grupos étnicos, notadamente influenciadas por Fredrik Barth (2011), redefinem o conceito que se tinha até então sobre essas comunidades e, com isso, os traços descritivos (cultura, linguagem, raça, território, parentesco, religiosidade, etc.) responsáveis por criar visões essencializadas e, por vezes, estigmatizadas sobre esses povos passam a ser substituídos pela autoidentificação.

A autoidentificação é fruto do reconhecimento de uma identidade quilombola não engessada em parâmetros de classificação externos, muito pelo contrário, ela é fruto de uma identidade que se estabelece e se sustenta a partir de elementos que são acionados e/ou refutados pelos próprios atores sociais. São eles que dizem o que os levam, ou não, a se reconhecerem como tal.

E é justamente problematizar o entendimento de quilombo enquanto grupo étnico que esse artigo se propõe.

### **Quilombo: de grupo étnico a organização social interétnica**

Barth (2011) define grupo étnico como “uma forma de organização social, baseada na atribuição categorial que classifica as pessoas em função de sua origem suposta, que se acha validada na interação social pela ativação de signos culturais socialmente diferenciadores” (apud Poutignat; Streiff-Fenart, 2011, p. 141). A partir desse pressuposto, tem-se o entendimento de que os indivíduos usam a identidade étnica afim de classificar e ser classificado como *nós/eles* a partir da diferenciação cultural para propósitos de interação e distinção no contato com outros grupos.

Com essa definição teórica como horizonte, pode-se afirmar que o grupo étnico agrega todos os elementos definidores que acionam e distinguem os mais diferentes pertencimentos, a partir de traços distintos (diacríticos) que são ativados pelos indivíduos e correspondem à exteriorização dos componentes internos constitutivos do grupo (cor, vestimentas, linguagem, tradição, cultura, costumes, alimentação, parentesco, etc.). Esses sinais diacríticos encontram-se carregados de sentidos e significados, por isso, a etnicidade não é algo dado ou construído, ao contrário, é um movimento de inclusão/exclusão de elementos simbólicos necessários para “estabelecer fronteiras claras para grupos que ‘funcionam’ como grupos políticos e/ou econômicos” (Cunha, 2009, p. 240, grifo da autora).

O que caracteriza um grupo étnico não é a linguagem, o território, a religião, a raça, a cultura, o parentesco consanguíneo ou fictício, nem a origem comum. Entretanto, todos esses atributos são importantes e constitutivos destes, uma vez que contribuem para

fortalecer os laços internos de solidariedade e funcionam como um dispositivo que possibilita aos seus membros compartilharem as mesmas memórias e as mesmas histórias, pautadas na crença de uma origem comum.

Os grupos étnicos se constituem pela *autoidentificação* de seus membros e são organizações sociais humanas que possuem um elo muito forte com a ancestralidade, a coletividade e o pertencimento. *Pertencer* a um grupo, frente aos diversos outros que existem e compartilhar com *os de dentro* um determinado estilo de vida, moldado pelos costumes, pela cultura e pela tradição, desperta nos seus membros a necessidade de assumir posições de luta frente às diversas opressões sociais (podendo ter ou não um caráter político) e, em muitos casos, pelo reconhecimento de direitos coletivos historicamente negados. A luta dos povos quilombolas é um exemplo disso.

Autores como Almeida (2002; 2011), O'Dwyer (2002), Arruti (2006), Figueiredo (2011), entre outros, definem que os quilombos contemporâneos podem ser conceituados como grupos étnicos pois, "o conceito de grupo étnico surge, associado à ideia de uma afirmação de identidade (quilombola), que rapidamente desliza semanticamente para a adoção da noção de *autoatribuição*" (Arruti, 2006, p. 93, grifo do autor). Isso ocorre, porque a autoatribuição é o principal requisito para o reconhecimento de tais comunidades e, ancorados na teoria de Barth (2011 p. 189) de que "os grupos étnicos são categorias de atribuição e de identificação realizada pelos próprios atores", as comunidades já certificadas e as que ainda não foram passaram a ser compreendidas a partir desse entendimento teórico/conceitual.

Isso se justifica fortemente também pelo fato de que, em sua maioria, são coletividades que possuem organização própria capaz de definir quem são ou não pertencentes ao grupo, a partir de critérios elegíveis criados pelos próprios sujeitos, que ressignificam o conceito de quilombo imposto pelos agentes externos e tem a autoidentificação como característica primordial para o reconhecimento de uma determinada identidade.

No entanto, a historiografia dos quilombos brasileiros e as muitas comunidades quilombolas presentes nos dias atuais (Fiabani, 2012; Gomes, 2015; Reis; Gomes, 1996) evidenciam que essas comunidades não podem ser compreendidas sob essa perspectiva teórica/conceitual, pois se assim fizerem, as múltiplas experiências e os diferentes sujeitos que se autorreconhecem enquanto quilombolas passam a ser englobados e engessados em parâmetros homogeneizadores e, portanto, possuidores de uma identidade uniforme. Essa perspectiva esquece que o quilombo foi, e é, um fenômeno essencialmente interétnico, permeado de grande diversidade.

É sabido que o aquilombamento é um fenômeno inerente à escravidão, visto que a fuga se constituiu como uma das estratégias de resistência mais utilizadas contra o regime de cativeiro. Citando Handelman (1982), Fiabani (2012, p. 47) aponta que no Brasil colônia os quilombos

Existiram desde cedo, e certamente em todas as províncias do Brasil (o primeiro exemplo histórico conhecido foi na Bahia, em 1575, destruído pelo governador-geral dali, Luiz de Brito Almeida), e eram em toda a parte considerados uma muito desagradável e temida vizinhança para o fazendeiro.

As muitas linhas que compõem as cartas, relatórios e documentos oficiais do período colonial narrando as estratégias, lutas, embates e tentativas de destruir os quilombos evidenciam a presença de indivíduos das mais distintas origens no interior desses grupos. Comumente o indígena, o branco e o mestiço também se aquilombavam (Santos; Barbosa, 2020) e esse é um dado importante para compreendermos o quanto cada membro influenciava com sua cultura, suas particularidades e seus modos de vida específicos sendo, do mesmo modo, influenciado por todos os outros que ali estavam.

A contemporaneidade também nos apresenta esses dados. Os quilombos de hoje (em sua maioria) agregam em seu interior grande diversidade étnica. Mesmo se originários de um único tronco familiar, a interação e a integração social a partir dos casamentos, da venda e compra de terra, das migrações e das relações sociais de um modo geral, faz com que indivíduos originários de outros grupos sejam incorporados a um determinado espaço e compartilhem entre si as desventuras e aventuras cotidianas que, aos poucos, vão sendo preservadas na memória e transmitidas nas tradições e nos costumes. O Quilombo Queimadas, no município de Guanambi/BA, é um exemplo vivo disso (Santos, 2017).

Tomar essas comunidades como um grupo étnico é esquecer a grande diversidade que compõem as suas bases, muitas delas formadas por diferentes sujeitos que vivenciaram formas específicas de resistência e que possuem construções ideológicas distintas, mas que se encontram num determinado espaço geográfico compartilhando modos de vida singulares, na interação uns com outros e, por conta disso, se autodenominam quilombolas.

Entretanto, pode ocorrer no interior dessas comunidades casos em que hajam indivíduos que não se reconheçam como portadores de determinada identidade étnica, tampouco se autoidentificam como quilombolas, mas que se encontram completamente adaptados às regras sociais ali estabelecidas. Desse modo, assumimos o desafio de compreender e defender os quilombos enquanto *organizações sociais* permeadas de relações *interétnicas*, uma vez que isso se mostra como um caminho possível para fugir das artimanhas conceituais que muitas vezes nivelam as individualidades. Cada quilombo é único, cada história é particular, cada sujeito traz em si as marcas distintas da sua ancestralidade.

Roberto Cardoso de Oliveira (2006) diz que as relações interétnicas são as relações que se dão entre etnias em geral. Tais relações podem ser visualizadas entre grupos que possuem uma fronteira étnica bem demarcada e facilmente observável, entretanto, diferentes grupos étnicos podem viver harmoniosamente dentro de uma organização social maior, com fronteiras imperceptíveis por um observador externo, mas que agem como um instrumento ordenador da estrutura interna do grupo. Por conta disso, as comunidades

quilombolas devem ser compreendidas para além do artigo 68<sup>2</sup> e do Decreto nº 4887/2003. Muitas foram as experiências que existiram e existem no país, mas certamente maior ainda é a diversidade de sujeitos que compõem essas comunidades, portanto, tentar engessá-los em um único grupo étnico é reproduzir as teorias de homogeneização que ainda resistem em permanecer.

### **O contato interétnico entre indígenas, negros, brancos e mestiços durante a escravidão negra no Alto Sertão da Bahia**

No intuito de referenciar com dados empíricos a postura teórica que adotamos, tomaremos o Alto Sertão da Bahia como lócus de análise a partir de pesquisas importantes desenvolvidas aqui e que nos revelam como as relações interétnicas se constituíram como o pano de fundo na formação da nossa sociedade.

O Alto Sertão da Bahia, como grande parte do território nacional, foi densamente explorado e povoado durante o período da colonização, entre os séculos XVII e XVIII. Por aqui, homens e mulheres de diferentes grupos étnicos e na condição de senhores, escravos, posseiros, arrendatários, meeiros, agregados, administradores, pobres livres, assalariados, etc., se estabeleceram em fazendas e vilas com o intuito de explorar os recursos naturais e satisfazer o desejo da coroa portuguesa de povoar o interior do país.

Assim como em outros locais, nessa região o trabalho compulsório (de negros ou indígenas) apresentou algumas singularidades, entretanto, é importante pontuar que não houve um único *modelo* de escravidão no território nacional, pois as peculiaridades impressas em cada contexto impunham a necessidade de adequação da mão de obra servil às diferentes realidades.

Elementos como clima, vegetação, composição étnica, ausência ou presença do senhor, localização geográfica, etc., interferiram nas relações entre senhores/cativos e entre os próprios cativos além de possibilitarem diferentes formas de resistência, de controle, de autonomia e de laços afetivos e solidários no contexto da escravidão, o que contribuiu em muito com a dinamicidade do fenômeno.

Autores como Gabriela Nogueira (2011), Erivaldo Fagundes Neves (1998; 2012), Maria de Fátima Novais Pires (2003), Napoliana Pereira Santana (2012) e Washington Nascimento (2007), dentre outros, apresentam em suas pesquisas valiosas contribuições que ajudam a traçar o perfil histórico e étnico dos diferentes grupos que por aqui transitaram e deixaram suas marcas impressas em inventários, cartas, testamentos, fichas criminais, atas de batismo, etc.

Segundo Cotrim (2012), Neves (1998; 2012) e Nogueira (2011) o desbravamento e o povoamento do Sertão Baiano se deram entre os séculos XVII e XVIII. Nesse período,

---

<sup>2</sup> No Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal de 1988 diz que "aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos."

os desbravadores se estabeleceram ao longo do Rio São Francisco construindo engenhos de cana de açúcar e erguendo fazendas com currais de gado vacum. Assim, neste período toda a extensão territorial à margem direita do Rio pertencia aos domínios da Casa da Ponte<sup>3</sup> e, por conseguinte, aos descendentes do morgado Antônio Guedes de Brito. Os estudiosos afirmam que nos idos do século XVII, na região que hoje se localiza o estado da Bahia, praticamente toda a economia estava voltada para a criação de gado com o objetivo de

abastecer o emergente mercado de ouro em Minas Gerais, portanto “a ocupação econômica do Alto Sertão da Bahia teve raízes no sistema jurídico de sesmaria, que distribuiu terras, definindo sua propriedade, posse e uso” (Neves, 1998, p. 99). Como consequência disso, continua o autor, “fazendeiros, administradores de fazendas, vaqueiros, livres e escravos, foram os primeiros habitantes do Sertão da Serra Geral” e conviviam com uma grande variedade de indígenas pertencentes a diferentes tribos e etnias.



**Figura 1:** Mapa dos trajetos dos boiaqueiros, mineradores e tropeiros, século XVIII e XIX.

**Fonte:** IBGE apud NOGUEIRA, 2011, p.72

<sup>3</sup> Os domínios da Casa da Ponte eram divididos em seis distritos a saber: Distrito de Jacobina (Bahia); Distrito de Rio de Contas (Bahia); Distrito de Caetité (Bahia); Distrito de Urubu (Bahia); Distrito de Rio Pardo (Minas Gerais) e Distrito de Xique Xique (Bahia).

“Todos esses distritos faziam parte da sesmaria do mestre de campo, o morgado Antônio Guedes de Brito, porque eles se localizavam dentro da faixa de terras que tinha 160 léguas, paralela à margem direita do Rio São Francisco, império que se iniciava desde o Morro dos Chapéus [...], até às nascentes do rio das Velhas, na antiga região chamada Uaimii, em Minas Gerais” (COTRIM, 2012, p. 47).

Os currais de gado e a descoberta das minas de ouro asseguraram o “povoamento” dos sertões baianos. Desde fins do século XVII, a Bahia vinha experimentando o crescimento de uma população de homens livres: pardos, mulatos e negros forros. As vicissitudes da indústria açucareira e o posterior surto da mineração, tiveram como produto, uma considerável alteração em tamanho, composição, distribuição e estrutura da população colonial. [...] No sertão de dentro, as mudanças ocorridas no final do século XVII, viabilizando o maior aproveitamento da região, tanto em fazendas de gado como as roças de víveres voltadas ao comércio interno, constituíram-se, portanto, em atrativo para várias camadas da população colonial. (Dantas, 2000, apud noqueira, 2011, p. 60)

Nesse contexto, vários arrendatários (que posteriormente se tornaram proprietários) se instauraram nessas terras e construíram fazendas com currais de gado. Essas fazendas percorriam toda a extensão do rio, adentravam no sertão, se constituíam como pontos estratégicos percorridos por vaqueiros e tropeiros. Com o tempo, muitas outras rotas alternativas foram traçadas no interior do Estado e esse movimento permitiu que a região sudoeste do Estado da Bahia fosse gradativamente povoada. A citação abaixo exemplifica um desses caminhos:

A existência desses currais de gado serviu como estímulo à fixação de pequenos lavradores e de portugueses que se escondiam no anonimato e que agora cuidavam, essencialmente, da agricultura de subsistência. Dos caminhos primitivos desse entroncamento um deles partia de Malhada, transpunha as terras da fazenda da Carnaíba, cortava as águas do rio Carnaíba de Fora e descia, ora o Rio das Contas, ligando o médio São Francisco com o litoral, ora o Rio Paraguaçu, com o recôncavo baiano. (Cotrim, 2012, p.37 grifo do autor)

Das extensas fazendas do período, duas se destacaram: Os Currais dos Figueiras, do padre Antônio Figueiras (atual Rio das Rãs) em 1690, e a fazenda Brejo das Carnaíbas, de Pedro Leolino Mariz entre 1720 a 1731 (atual Guanambi). A criação de gado e a produção de açúcar nos engenhos do Sertão da Bahia foram elementos decisivos para a formação dos primeiros povoados e vilas. No entanto, gradativamente, o algodão foi inserido na cultura produtiva e se tornou o componente que possibilitou o desenvolvimento econômico da região e, conseqüentemente, agravou a concentração de renda e a exploração de mão de obra, após abolição da escravidão.

Embora os currais de gado e os engenhos fossem a própria comunidade do médio São Francisco, a agricultura do algodão gerou tantas outras pequenas comunidades donde as casas grandes e as senzalas apresentavam um mundo socialmente marcado pelo escravismo e pela prostituição. (Cotrim, 2012, p. 67)

Nogueira (2011, p. 33) através de extensa pesquisa bibliográfica evidencia que:

A presença [de] “índios forros” no século XVIII indica que os indígenas, também no alto sertão baiano, foram escravizados, sobretudo no período anterior ao Setecentos. A partir dos últimos anos do século XVII, fatores contextuais conduziram à intervenção da Coroa nas questões indígenas, inclusive acarretando mudanças nas relações entre colonos e índios. [...]

Provavelmente, motivações semelhantes conduziram “índios forros” a permanecerem nas fazendas do “Certam de Sima”, convivendo com africanos e afro-brasileiros escravos. Outros índios sertanejos viveram experiências, também escravistas, em aldeamentos religiosos.

Essa informação fundamenta a tese de que houve um contato muito intenso entre indígenas e negros africanos e crioulos de diferentes nações e grupos étnicos. É recorrente nas pesquisas a evidência de que ocorreram diversos confrontos por território entre indígenas e portugueses, além da resistência dos primeiros contra o regime do cativo. Mas o fato a ser destacado aqui, é que no interior das fazendas do sertão havia a presença marcante de indígenas e de negros, ambos fornecendo sua força de trabalho na lavoura e na criação de gado.

Mas, “em relação à presença negra [e indígena] no Sertão ainda há muito a ser estudado” (Nascimento, 2007, p.144), notadamente sob a perspectiva dos próprios sujeitos que se encontravam no cativo. Interpretar e entender as relações que se estabeleciam no interior do sistema através dos casamentos, do compadrio, da religiosidade, dos laços afetivos e alianças diversas, permitem desvelar o universo da escravidão para além do olhar do colonizador. Essas pesquisas são um importante instrumento de combate contra as concepções ultrapassadas que atestam a inferioridade e a condescendência do negro frente à escravidão.

No Alto Sertão da Bahia “a quantidade de escravos [...] era grande, embora não tivessem concentrados em poucas fazendas, mas distribuídos nas diferentes propriedades dos seus senhores” (Nascimento, 2007, p. 145). Ademais,

Pesquisadores da escravidão nos sertões da Bahia também identificaram números mais modestos de escravos por proprietário. [...] Na comarca de Carinhanha, no século XIX, dos 410 inventários [...] em 233 desses foi registrada a posse de escravos, o que equivale a 57% do total. A maioria desses proprietários de escravos possuía plantéis de no máximo 10 escravos, mas, mesmo assim, os escravos consistiam no bem de maior valor desses inventariados. (Pinho, 2001 apud Santana, 2012, p. 29)

Esse fato pode ter ocorrido porque nessa região havia pequenos arrendatários que alugavam “pequenas unidades agrárias pecuaristas e policultoras” (Nascimento, 2007, p. 145) e, nestas unidades, desenvolviam, ao lado do trabalho compulsório, o trabalho familiar,

o diarista e a meação. Além disso, o número reduzido de escravos deve ter sido consequência do baixo poder aquisitivo desses arrendatários, que não disponibilizavam de recursos necessários para a aquisição de uma maior quantidade de cativos.

No entanto, é oportuno ressaltar que Pires (2003) contesta essas informações, uma vez que defende que, mesmo havendo poucos cativos na maioria das unidades produtivas, há registros de fazendas contendo mais de 20 escravizados, além disso, era comum a ocorrência de senhores que possuíam diversas propriedades, nas quais distribuía a sua escravaria.

Na passagem pelo Sertão da Serra Geral da Bahia, mais especificamente no trajeto entre Caetitê e Rio de Contas os naturalistas bávaros Spix e Martius registraram a existência de mais de 160 escravos na Fazenda de N. S. d'Ajuda. [...] Há também outro registro, pesquisado por Neves (1998), que indica pertencerem ao Capitão-mor Bento Garcia Leal, 202 escravos, em 1823. [...] Pelo material pesquisado e pela própria característica econômica da região (policultura e pecuária), pode-se dizer que, certamente, estavam distribuídos, constituindo-se assim, plantéis menores. (Pires, 2003, p. 59)

Nessas pequenas unidades, geralmente, a produção destinava-se ao consumo do mercado interno e o trabalho compulsório se dava, em muitos casos, ao lado do trabalho desenvolvido por homens livres, na condição de assalariados. Por as propriedades serem pequenas, várias pesquisas apontam que não era comum a presença de feitores nesses locais, o que facilitava a relação direta entre o cativo e o seu proprietário e, nessa condição, gozavam de uma maior autonomia, uma vez que não existia sobre eles uma vigília constante. Nesse contexto, também ocorria casos em que os senhores absenteístas relegavam às suas posses para a responsabilidade de administradores. Em tais circunstâncias, os cativos experimentavam uma maior autonomia para “viver por si” ou “viver pelos seus” (Nogueira, 2011).

Essa autonomia também era verificada nos casos onde os “senhores concediam a seus escravos o direito de trabalhar em proveito próprio, durante algumas horas ou determinados dias e lhes permitiam, com esse esforço, comprar a sua liberdade ou de alguém de sua família” (Neves, 2012, p.165). Essa situação também foi vivenciada em outras regiões do país e foi denominada de *brecha camponesa*.

O *ser escravo* no sertão da Bahia significava muito mais do que *levar uma vida* de trabalho predatório. O contexto social o qual estavam submersos favorecia o fortalecimento de contatos entre eles e trabalhadores livres pobres (agregados, diaristas e meeiros). A convivência diária entre esses indivíduos possibilitou o fortalecimento de diferentes laços. Há dados que revelaram

[...] indícios da vida escrava no alto sertão e indicou que a relação senhor/escravo perpassou por mediações sociais permeadas pela política de dominação senhorial e por mobilidade e autonomias dos escravos reconhecidas pelo senhor. Desse

modo, “redes de relações foram constituídas por escravos e ex-escravos que asseguraram acordos cotidianos com os seus senhores e estenderam conquistas necessárias às suas vidas. (Pires, 2009 apud Nogueira, 2011, p. 91)

Vale ressaltar que uma das conquistas mais significativas foi o direito de constituição familiar no seio do cativo.

Depreende-se, das fontes estudadas, que os escravos e forros dessas fazendas sertanejas estiveram envolvidos por relações familiares intensas, que ocasionaram a formação de uma comunidade, na qual todos estiveram ligados por laços de parentesco, fossem consanguíneos, ou pelas práticas de compadrio. Sendo assim, compartilhavam de uma nova identidade gestada em meio às influências locais, bem como do antepassado comum: a ascendência africana. (Nogueira, 2011, p. 94)

Logo, no interior das fazendas sertanejas, os escravizados reorganizaram suas vidas tendo a família como centro, através de laços conjugais que lhes possibilitaram a constituição de um núcleo familiar extenso, composto de muitos filhos e, posteriormente, de netos, sobrinhos, avós, tios, primos e compadres que, de forma simbólica, eram inseridos nesse núcleo. Tais formações podem ter sido responsáveis pela constituição de comunidades negras que possuem remanescentes vivos até os dias de hoje.

A família, no interior de comunidades negras, assumiu e assume uma importância central. A transmissão dos pertencimentos étnicos ocorre justamente no contexto doméstico. É compreensível que no âmbito de tamanha dominação, o seio familiar tornou-se o único espaço no qual os escravizados podiam falar seu idioma nativo, cultivar seus deuses ancestrais e perpassar os ensinamentos tradicionais para os seus descendentes, de geração em geração. Em outra medida,

As vivências conjuntas entre escravos, libertos e livres pobres, especialmente os que viviam na condição de agregados nas fimbrias das grandes propriedades, facultaram ampliar a noção de “família” para além do parentesco consanguíneo, incluindo também o parentesco simbólico. (Santana, 2012, p. 17, grifo da autora)

E foi justamente a partir dessas relações interétnicas que esses indivíduos forjaram novas identidades sociais mediadas por laços de solidariedade que possibilitavam a sobrevivência em um ambiente tão hostil quanto o do Sertão.

Ao analisar justamente a autonomia e os laços de parentesco vivenciados pelos cativos nas fazendas dos Guedes de Brito, a pesquisadora Gabriela Nogueira (2011) afirma que esses indivíduos adquiriram o direito de “viver por si” e, posteriormente, ao ampliarem os vínculos afetivos para a comunidade, desenvolveram a noção de “viver pelos seus”.

Muitas dessas práticas vividas no contexto colonial brasileiro ainda estão enraizadas no nosso cotidiano. As gerações que descenderam desses indivíduos ampliaram

as redes de solidariedades cunhadas por eles, no cenário da escravidão, e disseminaram-nas por vilas, roças, mocambos e por todo e qualquer espaço que circularam. Os muitos quilombos da Bahia apresentam heranças desse modo de viver, em que o coletivo se sobrepõe ao individual em todas as esferas do cotidiano.

Portanto, a dominação cultural, religiosa e econômica a qual negros e indígenas foram submetidos não os alienaram quanto aos seus modos de viver, muito menos os desestimularam na busca pela liberdade. Pesquisas diversas estão aí para atestar isso. O negro e o indígena resistiram da forma que puderam, se a resistência não ocorreu no interior do sistema, a fuga e conseqüentemente, o quilombo, foram a expressão máxima desse inconformismo.

Investigando também a escravidão no Sertão da Bahia, Erivaldo Fagundes Neves (2012, p. 176) apresenta dados referentes à incidência de fugas: “O livro da razão de Antônio Pinheiro Pinto, de Campo Seco, informa a entrega de dinheiro, pólvora e mantimentos a capitães do mato para dias de cerco e permanência na busca e prisão de escravos fugitivos do cativeiro”. Em seguida, ele afirma que entre 1801 e 1888, foram registradas 9 fugas em Caetitê (todavia, só foram analisados 20% dos 2.596 cativos inventariados). Esses dados revelam que nas estradas do sertão havia um trânsito constante de fugitivos, não com a proporcionalidade das Minas Gerais, mas bastante significativas, uma vez que estão presentes nos livros de registro.

É bem provável que, entre os motivos para a fuga desses escravos, estivesse a separação de seus familiares com a mudança para outras fazendas, e até mesmo para o Engenho da Mata de São João, no Recôncavo baiano. Diante da ameaça de separá-los dos seus parentes, muitos cativos preferiam o refúgio nas matas do entorno das fazendas, permanecendo em locais mais próximos, para assegurar o contato com as suas famílias. (Nogueira, 2011, p. 81)

Mesmo ocorrendo fugas, é importante salientar que não há incidência de formação de quilombos nessa região (no período colonial), porém, esse fato não anula a evidência da formação destes em locais próximos, como bem diz Clóvis Moura (1959, p. 109):

[Era grande] a extensão da rede de quilombos na Bahia, pois abrangem desde o litoral à região do Rio São Francisco em plena área de sertão e mostram o equívoco daqueles que supõem haver o negro circulado – quer como escravo, quer como quilombola – apenas na faixa litorânea.

O negro, o português, o indígena, o mestiço e tantos outros povos, de fato, adentraram no Sertão baiano durante a colonização. Por aqui, forjaram novas formas de sobrevivência em meio às adversidades. Os contatos culturais estabelecidos entre esses diferentes grupos possibilitaram a reconstituição das identidades étnicas dos negros na diáspora e dos muitos povos que com eles mantinham relações. Essas vivências reelaboraram

as práticas culturais e a religiosidade de diversos quilombos, muitos dos quais apresentam elementos sincréticos de diferentes pertencimentos nos festejos, rituais santos, festas de casamento e tantas outras manifestações culturais, compondo esse grande universo de pertencimentos e relações interétnicas.

### **Algumas Considerações**

Tais apontamentos de pesquisas nos trazem indícios incontestáveis para a defesa da compreensão de como o fenômeno do quilombamento se constituiu como uma das principais marcas históricas do período colonial brasileiro. Estudar em profundidade esses dados nos possibilitam compreender as teias do nosso passado, da nossa história e remete luz para a compreensão do nosso presente.

A formação da sociedade brasileira tem como pano de fundo as relações interétnicas estabelecidas entre os diferentes povos que aqui já estavam com os que recém chegavam, seja na condição de colonizadores ou escravizados. Todos, no interior do sistema colonial, influenciaram ou foram influenciados pelos diferentes pertencimentos étnicos, religiosos e culturais que foram sendo forjados no cotidiano.

Dito isso, percebemos que as marcas do nosso passado nos dão indícios poderosos para compreendermos o presente.

Os dados empíricos produzidos durante a pesquisa de campo no quilombo Queimadas atestam isso. Os limites territoriais e as relações que se davam/dão naquela fronteira (que é ao mesmo tempo territorial e étnica), os casamentos com os membros do quilombo vizinho<sup>4</sup> e a inserção desses indivíduos no interior da comunidade<sup>5</sup> constituíram a base da ancestralidade étnica vivenciada por eles. Assim, percebemos que, historicamente, as relações interétnicas estão presentes desde a constituição da comunidade (no início do século XX) e habitam o subsolo daquele coletivo.

No Quilombo Queimadas (em meados da década de 1980), as migrações, os movimentos diaspóricos realizados em busca de trabalho e as relações sociais, de um modo geral, evidenciam que na história desse coletivo e de muitos outros espalhados pelo Brasil afora “as cercas e as fronteiras entre as identidades vacilam, as imagens e os deuses se tocam, se assimilam” (Munanga, 1999, p. 123).

Por isso, não podemos incorrer jamais no erro nivelar individualidades.

---

<sup>4</sup> Morro de Dentro.

<sup>5</sup> O sobrenome “Marques” utilizado por todos tem origem em Morro de Dentro e foi inserido na comunidade através do laço matrimonial entre Maria e Zé Marques. Maria é filha do casal Zé Vêi e Iaiá, que são os primeiros moradores.

**Referências**

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os quilombos e as novas etnias. *In*: O'DWYER, Eliane Catarino (org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Quilombos e as novas etnias**. Manaus: UEA Edições, 2011.
- ARRUTI, José Maurício. **Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola**. Bauru, São Paulo: Edusc, 2006.
- BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. *In*: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FERNART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. Trad. Elcio Fernandes. 2. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: DF: Senado 1988.
- BRASIL. Decreto nº 4887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF: Presidência da República [2003]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm). Acesso em: 04 out. 21.
- COTRIM, Dário Teixeira. **História primitiva de Guanambi**. Montes Claros: Editora Cotrim Ltda., 2012.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. Etnicidade, Indianidade e Política. *In*: **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009, p. 223-274.
- FIABANI, Adelmir. **Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004)**. 2a ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- FIGUEIREDO, André Videira de. **O caminho quilombola: sociologia jurídica do reconhecimento étnico**. Curitiba: Appris, 2011.
- GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo: Claro Enigma, 2015.
- MOURA, Clovis. **Rebeliões da senzala**. 3a ed. São Paulo: LECH, 1959.
- MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Petrópolis: RJ, Vozes, 1999.
- NASCIMENTO, Washington Santos. Famílias escravas, libertos e a dinâmica da escravidão no Sertão Baiano (1876-1888). **Afro-Ásia**, no 35, 2007, p. 143-162. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77003504>. Acesso em: 01/02/2017.
- NEVES, Erivaldo Fagundes. **Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio**. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 1998.
- NEVES, Erivaldo Fagundes. **Escravidão, Pecuária e Policultura: Alto Sertão da Bahia, século XIX**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012, p. 308.

NOGUEIRA, Gabriela Amorim. **“Viver por si”, viver pelos seus:** famílias e comunidades de escravos e forros no “certam de sima do Sam Francisco” (1730-1790). 2011. 212 p. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2011.

O’DWYER, Eliane Catarino (Org.). **Quilombos:** identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Caminhos da identidade:** Ensaio sobre etnicidade e multiculturalismo. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

PIRES, Maria de Fátima Novais. **O crime na cor:** escravos e forros no Alto Sertão da Bahia (1830-1888). São Paulo: Annablume/FAPESP, 2003.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART Jocelyne. **Teorias da etnicidade:** seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. 2a ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2011. 250 p.

REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. **Revista USP**, [S. l.], n. 28, p. 14-39, 1996. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i28p14-39. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28362>. Acesso em: 4 set. 2023.

REIS, João José; GOMES, Flávio. Uma história da liberdade. *In:* REIS, João José; GOMES, Flávio (Orgs.). **Liberdade por um fio:** história dos quilombos no Brasil. 5a reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 332-372.

SANTANA, Napoliana Pereira. **Família e microeconomia escrava no Sertão do São Francisco (Urubu – BA, 1840 a 1880).** 2012. 219 p. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2012.

SANTOS, Jamille Pereira Pimentel dos. **As etnicidades geracionais presentes na dinâmica do nascer, viver e morrer na comunidade quilombola Queimadas, Guanambi/BA.** 2017. Dissertação (Mestrado em Relações Étnicas e Contemporaneidade) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié, 2017.

SANTOS, Jamille Pereira Pimentel dos; BARBOSA, Ana Angélica Leal. Historiografia dos quilombos brasileiros: estado da arte (1866-2016). *In:* BARBOSA, Ana Angélica Leal (Org.) **Comunidades quilombolas:** outras formas de (re)existências. Curitiba: Appris, 2020, p. 15-40.